



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 49/2019

Maceió, 15 de outubro de 2019.

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2537/2019
Data: 16/10/2019 - Horário: 10:18
Legislativo

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 74/2019 que “*Dispõe sobre o Sistema Gestor Metropolitano da Região Metropolitana de Maceió – RMM, e dá outras providências*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Embora louvável a iniciativa parlamentar e apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo Estadual, a sanção integral do prospecto legislativo em comento não se apresenta possível.

O art. 14 que institui o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano – CDM, ao dispor em seu § 1º que o CDM deliberará por maioria simples, permite que as matérias submetidas ao Conselho sejam aprovadas com a maioria dos votos dos membros presentes na reunião, fato que enfraquece a legitimidade das deliberações, visto que poderão ser tomadas, por exemplo, com votos que tenham peso apenas de 27 (vinte e sete), de um total de 100 (cem).

Considerando a relevância dos assuntos relativos à Região Metropolitana de Maceió – RMM, impõe-se que as decisões do CDM sejam tomadas da forma mais democrática possível, com ampla participação de todos os afetados pelas matérias discutidas.

Nesta senda, o § 1º do art. 14 deve ser vetado, para que o Regimento Interno do CDM seja possível estabelecer que as deliberações sejam tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros.

O art. 14 determina ainda que o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano – CDM seja composto pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, pelos Prefeitos dos 13 (treze) municípios integrantes da Região Metropolitana de Maceió – RMM e por 3 (três) representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Como o Secretário do Gabinete Civil não integra o CDM, o § 6º do art. 14 também carece ser vetado, no intuito de melhorar o funcionamento do Conselho, em razão da necessidade de que o Presidente seja um de seus membros integrantes, considerando a natureza de suas atribuições, inclusive a de proferir voto de qualidade.

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

NESTA



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Dessa forma, por razões de interesse público esse dispositivo deve ser vetado também para que presidência do CDM seja disciplinada em Regimento Interno, a ser aprovado pelo próprio Conselho, nos termos do art. 15, parágrafo único do presente prospecto legislativo.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar, em parte, o Projeto de Lei Complementar nº 74/2019, por **contrariedade ao interesse público**, em especial o art. 17, §§ 1º e 6º, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador